

## **PLANO COLLOR II**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S.Paulo, 05/02/91*

Não havia alternativa senão editar o Plano Collor II. A questão não está em saber se um novo congelamento era necessário ou não, já que não havia alternativa para ele. Também não é saber se um congelamento é bom ou mal; uma cirurgia é sempre "má", sempre significa uma violência para o paciente, mas frequentemente é uma violência necessária, que, se realizada no momento certo, com rapidez e com competência, salva o paciente. Além disso, não faz sentido fazer declarações ideológicas, como fez a FIESP, dizendo que se opõe sistematicamente ao congelamento por violar os mecanismos de mercado. Se o mercado está doente, se não é capaz de, por si mesmo, regular o nível de preços, só uma intervenção cirúrgica pode lhe devolver funcionalidade. Menos sentido ainda fazem declarações como a da CUT, através de seu presidente, que mal tomou conhecimento do plano e declarou imediatamente que lutará contra um presumido "arrocho salarial".

A verdadeira questão é saber se o novo congelamento será definitivo, se de fato transformar a inflação brasileira em uma inflação comum, inferior a 1 por cento ao mês, como a existente nos países desenvolvidos. Este é um objetivo perfeitamente viável para o Brasil, embora as pessoas, acostumadas com a inflação, se surpreendam com essa possibilidade.

O Plano Collor I não podia ter esse objetivo. Era um plano de emergência, como foi o Plano Bresser. O Plano Collor II, entretanto, representará uma tragédia para a nação caso não controle definitivamente a inflação. Não apenas porque a inflação estará de volta, mas porque ficará perigosamente enfraquecido e sujeito a uma crise institucional o governo de um presidente que tem revelado firmeza e coragem, e que dirigir o país por mais quatro anos.

Minha avaliação inicial do Plano Collor II é a de que suas probabilidades de êxito não são grandes, embora existam. O plano possui grandes méritos, a partir de um mérito fundamental: a equipe econômica teve a humildade e a flexibilidade de rever sua estratégia. Possui, entretanto, uma inconsistência econômica básica e duas insuficiências que arriscam seu êxito, uma econômica, outra política.

A inconsistência diz respeito ao tarifaço. No final de maio de 1990, quando o único dado confiável sobre a inflação pós Plano Collor I eram os 3,29 por cento de abril do índice de ponta a ponta da FIPE, fiz uma visita à Ministra da Economia e lhe disse (1) que a inflação estava de volta, (2) que dado seu caráter inercial e o componente de aceleração existente desde pelo menos 1987 essa inflação continuaria a crescer, (3) que a política baseada em uma meta monetária e na desindexação dos salários não funcionaria, dada a indexação informal e o caráter endógeno da moeda, (4) que a única solução, portanto, era um congelamento, mas que (5) esse congelamento deveria ser preparado, para ser editado quatro meses depois, em outubro. A preparação implicaria (1) ajustar gradualmente os preços relativos e a taxa de câmbio, de forma a evitar um tarifaço e uma maxi-desvalorização no dia do congelamento, (2) no aprofundamento do ajuste fiscal, de forma a ficar claro que o déficit público estaria zerado, e (3) em um acordo social mínimo sobre como ficariam preços e salários durante e depois do congelamento.

O governo adotou o congelamento, mas sem o necessário preparo. O tarifaço é sua principal inconsistência. Aumentar o petróleo em 46,8 por cento, a energia elétrica em 59,5 por cento, as tarifas telefônicas em 58,7 por cento e esperar que os agentes econômicos não procurem, nos meses seguintes, repassar esses aumentos de custos para preços é irrealista. É inútil argumentar que esses aumentos repõe o nível de preços de março de 1990. A inflação inercial ou autônoma é exatamente o processo de repasse automático e defasado (assíncrono) dos aumentos de custo para preço, na tentativa de cada agente econômico de garantir a sua participação na renda nacional. Quando, em dezembro, o governo decidiu afinal congelar, deveria ter tido a paciência e o sangue-frio de aguardar alguns meses, enquanto corrigia os preços e acabava de corrigir a taxa de câmbio.

A primeira insuficiência diz respeito ao ajuste fiscal. Está claro que, apesar dos enormes esforços realizados em 1990, o ajuste não está completo. Muitas das medidas do ano passado tiveram efeito uma única vez. Outras representaram mera postergação de pagamento. O governo, entretanto, pode ainda sanar essa insuficiência. O plano dá os poderes necessários ao Ministério da Economia. E algumas medidas já estão embutidas no plano como o imposto sobre o ganho de capital obtido pelos mutuários do sistema financeiro de habitação. Com isso o enorme rombo do Fundo de Equivalência Salarial é parcialmente coberto.

A segunda insuficiência é política. Diz respeito à falta de um acordo social e político. Na minha proposta esta era a parte mais polêmica. Muitos acham que seria impossível fazer um congelamento relativamente aberto, com uma negociação prévia. Tal negociação ocorreu no México, em dezembro de 1987, e teve êxito em garantir o congelamento. Mas sabemos que o México tem um regime autoritário. Em Israel, onde um congelamento foi bem sucedido em 1985, o acordo social ocorreu nos dias seguintes ao congelamento, enquanto as medidas ainda estavam sendo tomadas. No

Brasil, no quinto congelamento, optou-se novamente pelo total segredo. Neste ponto o governo não teve a humildade para mudar. Agora o governo busca apoio, mas ainda não se demonstra disposto a negociar. Isto, conjuntamente com o tarifação, para o qual não há conserto, poderá ser fatal para o plano.

No mais o plano está bem definido. A desindexação é novamente uma aposta máxima, que apenas o Plano Bresser não fez. A criação da taxa de juros de referência, semelhante à Libor, é um adequado substituto à indexação se a inflação for de fato domada. A tablita de conversão de dívidas, que o Plano Collor I lamentavelmente esqueceu, está corretamente de volta. A forma de conversão dos salários pela média, semelhante à adotada no Plano Cruzado, é adequada para uma situação em que não havia reajustes mensais. E não produzir arrocho salarial. Pelo contrário, deverá produzir uma certa recuperação do salário médio real. A unificação das datas bases é o maior avanço institucional incluído neste plano. Transforma trabalhadores e empresários em co-responsáveis diretos pela inflação.

O congelamento, que geralmente estimula a demanda, mais a recuperação do salário médio real deverá reaquecer moderadamente a economia, que estava entrando em profunda recessão. Este é um fato muito favorável para o plano.

É cedo para dizer que o Plano Collor II falhará. Poderá dar certo e precisa dar certo. Seu maior problema não é a descrença ou a indiferença da sociedade, são suas insuficiências e sua incoerência básica. Esta é insanável, mas poderá ser compensada pela superação da insuficiência fiscal e política.